

**A PEQUENA PROPRIEDADE COMO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO
AGRÍCOLA E INDUSTRIAL NA POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO: ASPECTOS DA
REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA**

**SMALL PROPERTIES AS A MECHANISM FOR AGRICULTURAL AND
INDUSTRIAL DEVELOPMENT IN COLONIZATION POLICIES: ASPECTS OF
THE WEST REGION OF SANTA CATARINA**

Rodrigo Kummer*

Resumo: Este artigo promove uma discussão sobre a ação do Estado no processo de colonização de seus territórios, chamando atenção para o paradoxo da “opção” pela pequena propriedade por um lado, e a manutenção da concentração fundiária por outro. Considera-se o período enfocado na Primeira Era do Governo Vargas: 1930-1945. Parte-se do pressuposto de que a política de ocupação dos “vazios” nacionais – articulada propagandisticamente como “Marcha para Oeste” – se relaciona com o projeto industrializante da Nova República, com a dinamização da pauta econômica e produtiva e também com a continuidade das alianças com as elites latifundiárias. Busca-se problematizar a colonização na região Sul do Brasil como exemplo de ação coordenada do Estado e do capital privado não rivalizando com os interesses de fazendeiros e grandes proprietários. Aprofunda-se a análise considerando as potencialidades e limites desse “projeto colonizador” do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social na região Oeste de Santa Catarina.

Palavras-Chave: Colonização. Pequena propriedade. Oeste catarinense.

Abstract: This article promotes a discussion concerning State action in the colonization process of its territories, calling attention to the "option" paradox for small properties on one hand, and the maintenance of land tenure on the other. The focus period of the First Era of the Vargas Government from 1930 to 1945 was considered. It is assumed that the policy of national "void" occupation - articulated propagandistically as the "March to the West" - is related to the industrializing project of the New Republic, with the dynamization of the economic and productive agenda, as well as with the continuity of alliances with the land elites. The study seeks to problematize the southern Brazilian region colonization as an example of coordinated action by the state and private capital not rivaling with the interests of farmers and large landowners. The analysis is deepened considering the potentialities and limits of this "colonizing project" from the economic and social development point of view of the western region of Santa Catarina.

Key-words: Colonization. Small property. West Santa Catarina.

*Doutorando do Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRRJ.
E-mail: kummer2004@yahoo.com.br.

Introdução

Há uma vívida e acirrada discussão sobre o processo de industrialização no Brasil. São múltiplas variáveis, um emaranhado de dados e a presença marcante de paradigmas rivais que este texto não se propõe a discutir de todo. A questão específica tratada dentro desse grande tema diz respeito a uma possível “opção” pela pequena propriedade rural como indutora, também, da industrialização.

O centro das preocupações epistêmicas reside na conjuntura de colonização e marcha para o Oeste que revestem um discurso de expansão da fronteira agrícola das décadas de 1930 e 1940. Essa expansão, todavia, ocorre sem enfrentar a concentração fundiária marcante na história do país. O “*hinterland*” era o espaço “vazio” a ser conquistado, reafirmando uma ideologia evolucionista que traduzia os “esforços e privações” dos colonizadores em mérito civilizador. Indígenas, caboclos, quilombolas, posseiros, roceiros, enfim, os despossuídos da pátria, tornaram-se preteridos e objetos de uma espécie de bandeirismo varguista.

A opção por tratar de colonização e utilizar como lócus de aprofundamento a região Oeste catarinense tem relação com a simbologia que assumiram as regiões coloniais da região Sul do Brasil. Nesses espaços, a imigração europeia reforçou o estereótipo do colono empreendedor, ordeiro e agente do progresso. Sob financiamento e estruturação estatal, muitas dessas áreas prosperaram economicamente, cumprindo as “funções” adjacentes da agricultura de pequena propriedade. Nas margens desse processo ficaram, de um lado os indesejáveis e despossuídos, de outro o latifúndio intocado.

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, a preocupação discursiva é com o processo de formulação das ações do Estado e dos agentes de capital para promover a colonização ensejando numa dinâmica intermitente de migrações. Essas ações são cotejadas, principalmente nas décadas de 1930 e 1940, enfocando o governo de Getúlio Vargas. Aspirase debater a hipótese de uma interligação entre a estratégia Nacional-desenvolvimentista de colonização e Marcha para o Oeste com a manutenção dos privilégios das elites agrárias e com a reorganização do eixo produtivo que passava a pender para a industrialização.

Na segunda parte, atribui-se o caráter exemplificador da experiência de colonização organizada na região Oeste de Santa Catarina como perdulária das estratégias do Estado e do interesse do capital. A pequena propriedade, estimulada como objetivo de Estado e como facilitadora da ação mercantil das empresas colonizadoras permitiu, posteriormente, a introdução de um denso pacote modernizante e excludente, dando vazão, também, para o desenvolvimento dos complexos agroindustriais.

Colonização, migrações e a ação do Estado

O Brasil viveu longos anos sob juízo monárquico. Com a proclamação de um regime republicano em 1889 se reordenaram as forças políticas, sem, contudo, promoverem uma transformação na estrutura social do país. Convém refletir que na República efetivou-se o primado da Lei de Terras (1850) e a manutenção de uma estrutura agrária desigual. As grandes áreas, ou latifúndios, mantiveram-se com legitimidade invariável durante todo período da República Velha (1889-1930), também porque as oligarquias estaduais – notadamente formadas pela elite agrária – mantinham o poder no plano federal.

Tendeu a imprimir mudanças no plano político a crise cafeeira agravada pelo *Crash* da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. As forças políticas e econômicas alicerçadas numa emergente elite urbana se reorganizaram no sentido de fortalecerem às atividades comerciais e industriais. O desenvolvimento econômico fora pensado – ou confundido – como industrialização.

A crise do café foi um desdobramento da Crise de 1929 e impactou diretamente na entrada de capitais no país. Seu efeito imediato foi dificultar as importações, seja de bens duráveis, seja de bens não duráveis. Por outro lado, permitiu que os investimentos internos em industrialização encontrassem razão positiva de ser, ao agregarem possibilidade concreta de consumo. O capital de investimento para essa industrialização nacional provinha, igualmente, da atividade cafeeira. Essa mesma atividade exportadora fora responsável por dinamizar as relações comerciais internas, desenvolvendo um processo de circulação produtiva e dinamizando a economia, além de já ter transformado a força de trabalho em mercadoria, com influência determinante da imigração (MELLO, 1982).

A década de 1930 marca, segundo Fonseca (2012), a efetivação de uma política de Substituição de Importações. Não era fato novo, visto ser uma concepção já em curso, porém timidamente conduzida na política do café-com-leite. Marca-se a passagem, ainda conforme o mesmo autor, de um sistema preponderantemente agroexportador, para um de substituição de importações, via indústria. Além disso, fortalece-se sobremaneira a importância do mercado interno e se coloca em voga o problema da integração produtiva e de consumo nacionais. Sodré (1942), por exemplo, define categoricamente que a diversificação da produção era o caminho para a integração econômica nacional.

A Aliança Liberal, que fomentou as mudanças em pauta no governo Vargas, defendia em essência a diversificação da economia. Estava, paradoxalmente, na contramão das suposições teóricas do Liberalismo que previa um movimento ordenado de especialização

produtiva. Contudo, para Fonseca (2012), a industrialização não foi um movimento alardeado e ensaiado como consensual ou mesmo hegemônico. O país era, nessa época, ainda essencialmente agrário. Havia os defensores de sua “vocação agrária ou agrícola”, vinculados ao pensamento conservador e os nacionalistas simpatizantes de uma industrializa o que promovesse a “independência” do país. Separavam-se as concep es de indústrias “naturais” e “artificiais”. As indústrias naturais seriam aquelas de transforma o de matérias-primas, muitas vezes oriundas do setor agrário – o que era visto com certo entusiasmo pelos defensores da referida voca o primária. Já as indústrias artificiais, responsáveis pela produ o de bens duráveis, eram vistas com certa desconfiança por requisitar protecionismos e recursos estatais. A Aliança Liberal assumiu um tom moderado ao propor uma pauta de diversifica o econômica.   possível pensar, portanto, que os primeiros anos do governo Vargas foram de expansão da diversifica o da pauta de produ o. Ainda que melindrasse na industrializa o e que fosse já uma estratégia econômica, como defende Fonseca (2012), essa não seria a única t nica dos esforços varguistas. Está presente a força do setor agrário requestando do Estado sua prote o.

A industrializa o brasileira   questionada como um fator intencional ou, por outro lado, ocasional. Considerando as assertivas de Fonseca,   possível pensar que em alguma medida ambas as questões estão presentes. A crise e uma retra o do mercado exportador, obrigando a orienta o de investimentos internos – de caráter não intencional – são inegáveis como indutoras da industrializa o. Entretanto,   visível, segundo ele, a proeminência do caráter intencional que se verifica pelos esforços na substitui o de importa es e na diversifica o produtiva. A questão   que esse processo não se desenrolou com um caráter revolucionário. Convém lembrar que a base econômica nesse período ainda era agrária e tinha no café forte esteio, mesmo às expensas de sua crise e de sua gradual perda de espaço. Nas próprias palavras de Fonseca, a equipe de governo de Vargas “encampava um projeto industrializante perfeitamente delineado”, embora circunscrito, num primeiro momento,   diversifica o da pauta produtiva. Nesse sentido, a tese   de que o projeto “começou a ser gestado e a ganhar adeptos já nos primeiros anos da década de 1930, e não apenas na década de 1940, com a guerra” (FONSECA, 2012, p. 851).

Na concep o de Celso Furtado (1961), há uma altera o no chamado “modelo de crescimento para fora”, baseado na preeminência das exporta es primárias e que vigorou por todo o período colonial puxado pela cana-de-açúcar e café. A guinada produtiva, embora com uma g nese tímida, se dá num “modelo de crescimento para dentro”, deslocando o centro dinâmico da economia nacional para as questões internas. Isso não significou a deprecia o

das exportações primárias, nem mesmo a desconsideração do papel proeminente desempenhado, à época, pelo café - reordenou as forças produtivas instaurando uma conjuntura de preocupação com os desafios e possibilidades de novas estratégias de crescimento, nas quais o mercado interno tornou-se protagonista.

Outro autor que trata desse processo, por vezes controverso, é João Manuel Cardoso de Mello (1982). Ele trata de uma “industrialização retardatária”, em analogia ao descompasso propositivo comparado com os centros industriais mundiais com temporalidades anteriores ao caso brasileiro e latino-americano. No caso brasileiro, vários são os condicionamentos e agências de influência para a industrialização. Mello os considera num processo de encadeamento: a crise das exportações de café; a crise financeira de 1929; a importância de um mercado interno amplo e sequioso; o processo de imigração e maior oferta de mão de obra assalariada; o crescimento da colonização agrícola e promoção de uma agricultura comercial; por fim, e em menor escala, a ação de coordenação e os investimentos estatais.

Mello problematiza que uma densa força de trabalho urbano a ser empregada nas crescentes atividades industriais demandaria uma oferta de alimentos significativa, constante e acessível. A saída inicial era a importação, dado que não havia até então no país uma agricultura comercial, pautada na pequena propriedade e em escala suficiente para atender a demanda. Era, portanto, extremamente oportuna a constituição de uma “produção mercantil de alimentos”, que era vista salutarmente na expansão de uma agricultura de pequenos proprietários.

Em suma: graças ao crescimento vegetativo da população ativa e à imigração em massa, houve oferta de força de trabalho suficiente para amparar a expansão do setor industrial, do investimento público e da agricultura mercantil de alimentos. A própria expansão da agricultura de alimentos, por sua vez, estimula a acumulação industrial e o investimento público, ao suprir abundantemente este componente dos salários, não exercendo qualquer pressão no sentido de elevar o custo de reprodução da força de trabalho urbana; reversamente, o setor industrial estimula o investimento público e a agricultura de alimentos ao prover *wage goods* industriais a preços quase constantes. (MELLO, 1982, p. 153).

A complementaridade entre indústria e agricultura não supõe fato exatamente novo, contudo é novo nas circunstâncias do Brasil, onde ambas eram incipientes no sentido interno e mercantil do termo. Todavia, considerando a pauta da diversificação, há uma preocupação pertinente quanto à melhoria da produção agrícola. Nesse caso, em relação à melhoria da capacidade produtiva e da variação de cultivares e criações. A interligação produtiva entre a

base agrícola e a indústria é notória tanto no sentido da oferta de matérias-primas e da obtenção de divisas, quanto pelo fato de tornar-se também consumidora da indústria. Seria a efetivação da complementaridade entre o setor primário e secundário. Fonseca destaca que esse era um elemento chave do projeto desenvolvimentista, já que “a modernização agrícola integra o projeto, mas só se efetivará se o setor primário fizer uso intenso de máquinas e equipamentos industriais; estes não devem ser importados, mas produzidos dentro do país, substituindo as importações” (FONSECA, 2012, p. 855).

A complementaridade, porém, esbarrava na conjuntura do campo brasileiro. Uma massa de agricultores pobres, em geral posseiros e meeiros formando um conjunto invisível, e de outro lado uma grande concentração de terras subordinadas ao latifúndio associada a uma vastidão de territórios a serem ocupados. A dinâmica política de uma modernização econômica do país não considerou nem os posseiros pobres, nem o problema imediato do latifúndio. A solução alardeada foi a conquista das “terras vazias”, que, mais uma vez atestando o conservadorismo, demonstrou a incoerência para com um conjunto social já estigmatizado e estrategicamente negligenciado.

No contexto da colonização se articulou a visão de Marcha para o Oeste, que se configura como um mecanismo de propaganda de Estado e de engajamento social. É uma concepção de fortalecimento do país, de sua unidade e nacionalidade. A intenção em promover a dita marcha não era, em si, uma ideia nova. Vincula-se ao domínio do território brasileiro, em garantir a posse pela existência produtiva e busca desenvolver o crescimento econômico inerente à abertura de novas frentes de trabalho e consumo.

Em suma, esse projeto acercava-se de um desejo ainda colonial de fazer coincidirem as fronteiras políticas e econômicas, além da preocupação de nacionalizá-las. Reforçava, assim, um princípio semântico de fazer da expansão da fronteira agrícola uma bandeira de progresso e civilização. A inspiração vinha também da experiência da “Conquista do Oeste” norte-americano.

Vargas define a marcha como uma busca nacional e que dela todos se beneficiariam. Em seu discurso de 31 de dezembro de 1937 apresentou-a como um projeto a ser executado pelo executivo e assumido como um objetivo de todos os brasileiros.

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro, que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar, dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial. (VARGAS, 2011, p. 370).

Cassiano Ricardo (1941) é enfático – e em muitos casos romântico – ao associar a Marcha para o Oeste como uma forma de bandeirismo. Defende, na verdade, a promoção de “novos bandeirantes” para tal intento: “a grandeza do país exige o espírito bandeirante para a sua própria conquista – dado o imperialismo brasileiro, que é o nosso “expansionismo interno” – e o fenômeno bandeira terá, por acaso deixado de existir?” (RICARDO, 1941, p. 129). Ele questiona a possibilidade de manter a vastidão geográfica sem os préstimos do bandeirismo, como se a unidade territorial fosse a ele, exclusivamente, devida. O seu bandeirismo é alusivo e ensejado pelo Estado Novo, ao qual numa definição elogiosa chama ser “várias vezes bandeirante” (1941, p. 132), seja pelo retorno às origens nacionais, seja pela busca de unidade e prosperidade.

Para esse autor, a marcha é a conquista do *hinterland* – interior, sertão –, interligando-o ao expansionismo imperialista interno do Brasil. Utiliza-se de alocações deterministas ao descrever o movimento demográfico como uma ação inevitável: “um caminho aberto é uma direção imposta” (RICARDO, 1941, p. 129). Nesse sentido, lança mão da dicotomia “leste-oeste”, ressaltando fatores negativos em relação ao primeiro e positivos ao segundo, afirmando ser o Oeste a antítese do litoral. Já para Neiva (1942), a colonização se justificava pela baixa densidade populacional do país (4,594 hab./km² em 1928). A visão de Getúlio Vargas era também, em certo sentido, a de resolver o “problema da densidade” e fortalecer a industrialização com a conquista do “*hinterland*”.

No mesmo caminho argumentativo, Péricles Melo Carvalho (1942), em texto contemporâneo ao de Ricardo e na condição de Diretor de Serviço no Departamento Nacional de Imigração, pontua a conquista do *hinterland* como um resultado da ação do governo, promovendo a marcha com segurança e patriotismo. A conquista do Oeste significava ao próprio Brasil conquistar-se. Sua leitura sobre o litoral conquistado e as áreas do sertão a serem conquistadas era a de que estaria ocorrendo um movimento de retorno ao Leste – fala até de uma espécie de “Marcha para o Leste”. Preocupa-se nisso com a migração rural-urbana e o esvaziamento de áreas então pouco povoadas. Ele via nesse movimento um desequilíbrio na composição entre trabalhadores rurais e urbanos. Aos primeiros, inclusive, tece grande elogios, num afã, talvez, de justificar o processo de colonização.

Quem se detiver no exame do problema rural do Brasil, verá que se não fora a têmpera de nossa própria gente, si não fora a riqueza abundante de nosso solo, o estoicismo do sertanejo no seu apego à terra, unidos ao clamor ofuscante dessa mesma terra que o atraía, e as migrações esporádicas, a

contribuição do braço estrangeiro, e ainda a variabilidade dos climas com a uberdade do solo, o Brasil hoje, talvez, constituísse seu território apenas de uma faixa litorânea. (CARVALHO, 1942, p. 15).

No entendimento de Carvalho, os benefícios da modernidade não chegavam à grande massa rural, o que se tornava um fator de repulsão do campo e ao mesmo tempo atração para o meio urbano. Além disso, esses desequilíbrios estariam alicerçados nas diferenças salariais entre campo e cidade, já que no caso do meio rural os proventos seriam incertos e arriscados. A legislação trabalhista e seus benefícios lastreados para os operários da cidade teriam atraído os trabalhadores rurais. Ele denuncia a falta de escolas, bancos, assistência técnica, espaços de diversão que melhorassem a vida da população rural. Sem elas, a família seria desagregada pelo afastamento de seus membros em busca de novas atividades em outros locais, sendo estes também os centros urbanos do litoral. No entanto, via a política de Vargas como um “sentido profundo das forças estimuladas para a reversão das populações ao interior”. (CARVALHO, 1941, p. 19).

A colonização era tratada por Lincoln Nodari como relativa a um “grande problema, econômico, político e social” (1940, p. 464), donde o econômico seria preponderante. Considerando esse fator, preocupava-se primordialmente com os mecanismos de assistência técnica aos colonos, indicando inclusive com quais culturas deveriam trabalhar, buscando aquelas de maior rendimento econômico. A escolha das atividades deveria ter como primado a obtenção de mercado. Além de alimentos para o agricultor deveriam ser pensadas na possibilidade de servirem de matéria-prima para a indústria. No mesmo caminho, defendia que se buscassem novas oportunidades de industrialização com base nas possibilidades produtivas da agricultura. Para tal, defende a ação prioritária do Estado e não apenas do mercado. Caberia ao Estado promover ação conjunta para articular os meios técnicos e produtivos integrando agricultura e indústria.

O referido autor alerta para o fato de que a incorporação de mão de obra agrícola assalariada não era o mesmo que promover colonização. O assalariamento seria, nesse caso, depreciativo. “É, aliás, fato ao alcance da observação comum que a mão de obra agrícola assalariada deixa o trabalhador sem estímulo, sem aspirações; enquanto a colonização, ao mesmo passo enseja maior produção e a baixo custo, cria o vínculo entre o homem e a terra” (NODARI, 1940, p. 467). Pode-se pensar, portanto, que o latifúndio não permite tais vínculos e tais qualidades. Valorizando as colônias, apontava que o desafio, sempre presente, de elas fazerem-se prosperar economicamente era um problema de articulação entre a produção e o consumo.

A absorção dos produtos, sua industrialização e tempestiva colocação nos mercados, são bases essenciais para sustentar a colonização, e nunca fatores de exploração do agricultor, visto que o aspecto agrícola deve ter preeminência absoluta sobre os aspectos industrial e comercial, por ser o principal fator de riqueza de uma nação e por favorecer a solução do problema demográfico, enquanto os outros representam elementos auxiliares indispensáveis à emancipação econômica da colonização. (NODARI, 1940, p. 467).

Essa concepção, além de se basear no pressuposto da teoria econômica Fisiocrata, impele a subserviência do setor industrial em relação ao setor agrícola. Dessa perspectiva deveriam demandar-se investimentos prioritários no alcance da infraestrutura e do sistema comercial até as áreas rurais.

Para sua consecução, a infraestrutura foi uma preocupação constante para facilitar e até mesmo permitir a colonização. Neiva (1947) reconhece a importância das linhas férreas na consecução do propósito. Escobar (1941) é mais ousado; defendia que a colonização do Oeste brasileiro fosse realizada por meio de uma grande obra de interligação fluvial entre a Bacia Hidrográfica do Rio da Prata e a Bacia do Rio Amazonas. Todavia, em muitos casos esse problema era resolvido pelo trabalho dos próprios colonos ao adentrarem nas novas áreas. No caso da região Oeste de Santa Catarina, por exemplo, a construção das estradas vicinais era repassada àqueles que adquirissem lotes, significando abatimento no valor a ser pago.

Grande estudioso das dinâmicas de colonização no Brasil, Alcir Lenharo (1986) defende que a política de colonização e seu slogan de Marcha para o Oeste estavam integrados a uma estratégia de projetos corporativistas para fazer frente a crise econômica de 1929. Foi corrente a utilização de uma propaganda ideológica e política. Buscava-se construir um sentimento de unidade no “marchar juntos”. A conquista de territórios se ligava à vitória de uma nova ordem social, de um novo regime político encabeçado pelo Estado Novo e proporcionado pela figura de Getúlio Vargas. O autor destaca ainda que as políticas trabalhistas no governo Vargas não contemplaram da mesma forma os trabalhadores rurais e urbanos. Dessa forma, a leitura política dos desequilíbrios entre rural e urbano e o êxodo das populações do campo ameaçavam as conquistas urbanas. O eixo de preocupação era, pois, o urbano.

Para além de uma resposta lógico-estrutural de abertura da fronteira agrícola e de garantia do território, a Marcha estava carregada de elementos simbólicos e míticos. O principal deles era o da integração e de uma suposta vitória da nação, que se mostrava forte e poderosa, capaz de superar seus problemas, quando não passava uma impressão de já tê-lo

feito. É o que define Lenharo, ao defender que o movimento se lastreava na percepção social de união do povo brasileiro e que esses “progressos” eram alusivos a todos, sem distinção. Isso dava margem para legitimar um Estado, agora “Novo”, motivado por valores comunitários e de partilha.

Conquanto ao processo efetivo de colonização, Ricardo (1941) preocupava-se com a seleção dos “novos bandeirantes”. Embora não indique especificamente os mais habilitados, chama a atenção para a necessidade do espírito da bandeira e para a dinâmica agrícola das novas fronteiras. Nesse sentido, corrobora com os demais autores já citados qualificando a pequena propriedade. Fala até de uma bandeira transformada em família.

Segundo Neiva (1942), Getúlio Vargas reconhecia as experiências de imigração e colonização no Sul como exitosas e pendentes para outros espaços. Também Carvalho (1941) defendia que a experiência dos estados do Sul é preponderante para pensar a colonização de forma geral no país. Nestes locais, o ritmo da ocupação e da produção agrícola era acompanhado de infraestrutura e investimentos o que permitia seu crescimento e mesmo a industrialização.

É importante problematizar a opção do Estado e das empresas colonizadoras por estimular a colonização por meio da pequena propriedade. Claro está que essa “preferência” não foi resultante de uma predileção pelo modelo, mas por sua viabilidade e execução, tendo em vista que, ao alocar colonos em pequenos lotes se facilitava a diminuição do valor do bem e assim a sua venda; lotes menores permitiam o ajuntamento da população e a formação de comunidades que poderiam suprir, via reciprocidade, as deficiências estruturais iniciais; logisticamente, ao vender mais lotes, a possibilidade de lucratividade e especulação com as áreas “por vender” eram maiores. Para além dos elementos monetários mais imediatos, é possível pensar em fatores mais estratégicos e ligados à macroeconomia e elementos de sociabilidade.

A predileção pela pequena propriedade tem razões claras com as perspectivas de desenvolvimento industrial: “a afirmação de pequena propriedade como requisito de desenvolvimento industrial é discurso corrente do próprio Vargas” (LENHARO, 1986, p. 17). Há um consenso de que haveria uma ampliação do consumo industrial no campo por meio da pequena propriedade, já que era – na época – mais eficiente no sentido do rendimento do trabalho e da produção.

A pequena propriedade, na concepção de Gregory (2008), é, por um lado, uma herança do processo de imigração e de um *modus operandi* dos colonos, e, por outro, uma permissão do latifúndio, que não acedeu a inviabilizá-la diretamente. O Estado, nessa percepção, teria

sido mais um beneficiário da colonização do que um promotor. Por fim, o migrante seria um “instrumento de interesses contraditórios” por servir ao capitalismo liberal como portador de um *modus operandi* já atrelado à dinâmica de mercado e também à ação conservadora que pregava o secularismo, ao comunitarismo, às relações tradicionais, e não se sentia, por esses grupos, ameaçada.

A defesa de um programa político varguista incluía o retorno ao campo, o financiamento para acesso à terra, a pequena propriedade, enfim a colonização. Entretanto, essa saída pela estratégia da colonização é, na verdade, uma forma de não enfrentar o latifúndio. Mesmo depreciando-o discursivamente, as medidas políticas não tinham uma natureza combativa. As críticas feitas ao latifúndio eram veladas e se dirigiam àqueles ditos improdutivos. Por seu lado, os latifundiários se defendiam dizendo estarem mais propensos e dispostos a promoverem a industrialização. Os industriais, por outro lado, tendiam a incentivar a pequena propriedade, já que esta lhes seria mais benéfica.

A estratégia de enfrentamento – se é que assim pode ser definida – ao latifúndio seria a de corroer sua velha ordem com o investimento das energias do Estado na pequena propriedade. Essa seria responsável por instaurar uma “realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia” (LENHARO, 1986, p. 21). Em discurso de 1º de maio de 1941, Getúlio Vargas discorre sobre a interligação entre a agricultura e a indústria, ressaltando a importância da população rural, chamando a atenção para a necessidade de aumentar o poder aquisitivo desta e assim permitir-lhe absorver a “crescente produção industrial” (VARGAS, 2011, p. 436).

Outra crítica que se faz à política de colonização é a forma seletiva e oportunista como ocorria. Representava, segundo Lenharo (1986), uma forma de controlar o acesso à terra; orientar os fluxos migratórios de acordo com interesses comerciais ou manobras políticas; cercar e expulsar posseiros; inviabilizar os modos de vida tradicionais; criar um “novo trabalhador rural brasileiro” afeito à dinâmica de mercado. Um sistema de poder e de violência simbólica pautado na cooperação entre o Estado, as elites agrárias e as grandes corporações agrícolas.

De acordo com Lenharo, no Estado Novo é o Estado o indutor da economia e corretor dos problemas e gargalos. A orientação era de integrar economicamente o país, seja do ponto de vista da produção, seja do consumo e circulação. O setor agroindustrial é valorizado nesse contexto. Se para Vargas o verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste, essa marcha estaria alicerçada na colonização e na industrialização. Há uma “associação entre o crescimento da pequena propriedade e o desenvolvimento de uma economia de mercado,

favorecedora do incremento da produção industrial” (LENHARO, 1986, p. 25). Ainda seguindo Lenharo, o colono deveria torna-se então um proprietário, um técnico, um articulador econômico. Esses aspectos permitiriam a racionalização e a modernização, fatores de colaboração com o setor industrial. Visto de outra forma, se pode dizer que o fazendeiro e o trabalhador assalariado, colono ou camarada tem relações provisórias e instáveis com a terra e com a agricultura. O pequeno proprietário, ao contrário, tem uma ligação perene com ela.

A crítica de Caio Prado Jr. (1944), contudo, traz a ideia de “recolonização”, isto é, a necessidade da ação do Estado para promover uma reforma na divisão das terras. Destaca que a tarefa do Estado seria recolonizar territórios já consolidados, mas mal aproveitados e desigualmente ocupados. As áreas de ação da Marcha para o Oeste deveriam ser mantidas como reserva e utilizadas oportunamente. Prado Jr. critica o que chamou de “caça ao húmus”, ou seja, a busca irresponsável por novas terras férteis e o sucessivo abandono e pauperização das áreas antes exploradas. A ação do Estado deveria ser sistemática e abrangente. Dotar os territórios de infraestrutura, promover o cooperativismo – e este paulatinamente tomaria alguns papéis do Estado por força de sua autonomia.

No entanto, não foi esse o caminho trilhado pelo Estado. Se o fizesse teria, invariavelmente, que enfrentar a elite agrária e promover a reforma agrária. Considerando a existência das áreas devolutas, a saída menos onerosa, politicamente falando, era explorá-las e encadeá-las num argumento econômico da expansão constante, ainda que carente de eficiência. O Governo Vargas capitalizava, assim, suas barganhas políticas e lastreava seus supostos princípios liberais na aliança, controversa e não constrangida, com o conservadorismo.

A colonização e a pequena propriedade no oeste de Santa Catarina

A região Oeste de Santa Catarina é tipicamente uma área de aspecto e de paisagem rural. Caracteriza-se pela prevalência de pequenas unidades agrícolas familiares. Situa-se entre a fronteira com a Argentina a oeste, a divisa com o Rio Grande do Sul ao sul, com o Paraná ao norte e com a Região Serrana e Região Norte ao leste. Compõe atualmente uma população aproximada de 1,2 milhões de habitantes, dispersos numa área de 27.288, 763 km².

A ocupação oficial do território que a compõe esteve circunscrita, a priori, a litígios geopolíticos entre Brasil e Argentina (Questão de Palmas – 1895) e a litígios geopolíticos entre o Paraná e Santa Catarina (Guerra do Contestado – 1912-1916). Após o fim da Guerra do Contestado, o território foi subdividido em dois municípios: Chapecó e Cruzeiro, atual

Joaçaba (1917).

A partir daí coube ao estado de Santa Catarina ocupar o território definido como “vazio demográfico”, e repassou a companhias colonizadoras a tarefa de colonizá-los. Havia um modelo de colonização - separação de minifúndios agrícolas que deveriam ser ocupados por “colonos de origem”, como eram chamados os imigrantes ou descendentes de imigrantes europeus (prioritariamente italianos e alemães).

A ação de colonização é tratada por Arthur Ferreira da Costa (1931) como uma nova bandeira, responsável por trazer e promover a civilização. Ele utiliza o termo “obreiros da civilização” para caracterizar os colonos. Da ação desses colonos é possível considerar aspectos evidentes do progresso econômico desenrolado em comparação com o período que os antecede. Sem dúvida, a dinâmica produtiva foi sensivelmente alterada e o crescimento econômico uma realização vertiginosa. A visão colonial dos migrantes era, segundo Radin (1996), uma percepção de tornarem-se proprietários e de acumular riquezas através do trabalho árduo. Esse processo os conduziu a uma espécie de hegemonia discursiva na região. Sua suposta “ação civilizadora” tornou-se um valor reproduzido como legado ou, segundo Márcio Both da Silva, como discurso moralizante: “a história do povoamento é contada como se fosse obra única e somente dos grupos que levam o ‘progresso’ a tais regiões, geralmente identificados com os imigrantes europeus” (SILVA, 2011, p. 68). Na mesma direção interpretativa e pouco crítica, vai a visão – controvertida – de Carneiro, para quem a colonização no Oeste de Santa Catarina foi obra de “modernos bandeirantes” e que foi “uma expansão ordenada, regular, civilizada, sem roubos de terras e sem crimes de morte” (CARNEIRO, 1950, p. 54).

Contudo, essas áreas não estavam vazias, desabitadas, como se queria fazer acreditar. A ocupação oficial do Oeste catarinense promoveu, em verdade, um impacto fortemente dramático ante às populações originárias, sejam os indígenas, sejam os caboclos posseiros. Como bem lembra José de Souza Martins (2009), esse é um contexto de fronteira conflitiva. Disto se pode afirmar que as populações indígenas e caboclas foram invisibilizadas e exterminadas. Renilda Vicenzi (1996), por exemplo, trata a ação das companhias colonizadoras como promotoras da expulsão deliberada dos sujeitos indesejados, a chamada “limpeza de terras”. Nesse caso, é notório o uso da violência física e de um clima constante de ameaça.

Foi com a “Revolução de 1930” e o governo de Getúlio Vargas que ocorreu uma maior potencialização da expansão e consolidação econômica de territórios “devolutos”. A política agrícola que se desenvolveu entre 1930-1945 foi preponderante para a expansão de

ocupação dessas áreas e para a formatação de um “projeto colonizador” de pequenas propriedades que se manteve ancorado num projeto “Nacional Desenvolvimentista”. Essa conjuntura ajuda a pensar o papel e os processos desencadeados por este Estado Nacional e pelas unidades da federação – no caso Santa Catarina – para potencializar um modelo industrializante que mantinha rugosas e variantes formas de extensão com o meio rural.

Nesse contexto, Lourival Câmara (1940) argumenta as qualidades do colono e critica o latifúndio e a população rural “realmente” brasileira. Segundo ele, a industrialização no estado de Santa Catarina seria obra principal dos colonos alemães e italianos, num processo organizado por fases: doméstica, manufatura, fábrica. A colonização tornou dinâmica a economia do estado, entretanto ainda havia um vazio demográfico no Oeste, local de “excelentes e manifestas possibilidades para a agricultura” (CÂMARA, 1940, p. 713). O autor alerta que não bastaria, para tal, instalar uma população. A população não significaria progresso - fato que demandaria selecionar os colonos pelo critério das aptidões agrícolas. Para Orlando Valverde (1951), a colonização de Santa Catarina sofria influência dos poucos recursos que o estado tinha disponíveis para promovê-la. Por este motivo, a ação de empresas privadas teve maior importância.

No Oeste catarinense o movimento de colonização havia se tornado efetivo a partir da década de 1920 (PRIM, 1996; SILVESTRO, 1995). Prim destaca que o movimento não se caracteriza exatamente como uma “Marcha para o Oeste” por se tratar de um eixo sul-norte. É possível concordar com a autora, ressaltando as prescrições de ordem geográfica. Porém, as características do processo mantêm aspectos em comum com o movimento de ocupação do Oeste.

As diferenças, além do sentido do eixo de deslocamento, se relacionam ao fato de ser esta colonização fruto prioritário de um *continuum* do movimento verificado no Rio Grande do Sul ainda no século XIX, englobando também a imigração. A lógica de similaridade se reveste quando analisados os esforços do estado em ver as áreas colonizadas em associação com empresas privadas. É, portanto, possível afirmar, sem imprecisão de grande monta, que o Oeste catarinense viveu um movimento que, se não objeto da perspectiva estrita da política federal e varguista, foi parte de processo análogo àquele.

Percebe-se que ocorreu o fechamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul ao atingir-se o Rio Uruguai, tanto a oeste, quanto ao norte. As áreas do Sul estavam também “fechadas” pelo latifúndio. Mais tarde, isso também ocorre em Santa Catarina e no Paraná, considerando que as áreas de latifúndio na região do Planalto catarinense e do Centro Sul paranaense não foram objeto de intervenção do Estado ou de quaisquer políticas de

fragmentação.

A dialética da dita ocupação fez um movimento inicial em direção ao Vale do Rio do Peixe, principalmente pela ação da *Brazil Railway Company* (empresa construtora da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e, por isso, detentora de boa parte das terras da região) e pela existência da dita estrada como fator facilitador da migração. Posteriormente, o deslocamento ganhou cada vez mais as áreas ao oeste e ao norte, chegando à barreira fronteira com a Argentina e alcançando o Paraná, no qual essa fronteira tornou-se, mais uma vez, contígua (PRIM, 1996).

A região do Oeste de Santa Catarina teve um maior afluxo de migrantes a partir da década de 1930, momento em que ainda haviam locais aptos à colonização no Rio Grande do Sul, contudo a migração se justificava pelo preço das terras em Santa Catarina e Paraná. Carneiro (1950) afirma que quando o colono possuía recursos suficientes, adquiria lotes no Rio Grande do Sul; quando os recursos eram escassos, buscava outras áreas. Gregory (2008), por outro lado, destaca o processo de “enxamagem”, que era a constituição de grandes fluxos orientados por empresas colonizadoras ou colonos pioneiros e que arrastavam novas fileiras atrás de si. Levavam também as relações capitalistas e o desenvolvimento econômico associados aos valores familiares e comunitários do trabalho e da prosperidade.

Nessa conjuntura, o colono, como destaca Vicenzi (2008), tinha maior autonomia e dependia, primordialmente, de sua força de trabalho. Não estava constrangido entre relações de dependência a um patrão ou coronel. Tinha uma relação contratual com as companhias colonizadoras apenas quando adquiria o lote de forma parcelada. Era possível que mantivesse relações de dívida e préstimos com algum comerciante local que poderia vender-lhe suprimentos para pagamentos anualizados e condicionados às safras. Tinham, assim, uma organização proativa em relação à produção de excedentes e à mercantilização.

Se por um lado o processo de colonização na região Sul do Brasil guarda elementos de inovação, por outro mantém intactas as áreas dominadas pelo latifúndio. Nas palavras de Carneiro: “nem no Rio Grande do Sul nem em Santa Catarina a imigração invadiu as terras de campo. Essas, à chegada dos primeiros imigrantes não-lusitanos, já estavam ocupadas e divididas em instâncias, onde se criava o gado” (1950, p. 39). Muitas dessas áreas, inclusive, acabaram por estagnar-se economicamente. Da mesma forma, faz a crítica Cortês (1954), para quem a colonização e a pequena propriedade são derivativas dos processos de reprodução social, ao contrário do latifúndio que se fecha em si.

Para Silvestro (1995), a colonização no Sul do Brasil foi uma política do governo federal republicano, alicerçada em fatores geopolíticos e econômicos. Converte para essa

assertiva o depoimento de Ernesto Bertaso – dono de uma das maiores colonizadoras a agir na região – para quem a existência de um governo “forte, pacifista e protetor da sua classe” animou os colonos a buscarem novas áreas para explorar e mesmo tomar posse definitiva de lotes comprados já na década de 1920, mas ainda não ocupados (BERTASO, 1940, apud VICENZI, 2008). Essa parece ter sido também uma estratégia de complementação entre a economia do latifúndio e o mercado interno de abastecimento básico. As áreas destinadas à colonização não eram as de interesse do latifúndio e permitiam, assim, a intervenção de outras estratégias comerciais. Além disso, as colonizadoras eram, em geral, sediadas nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul, o que fez carrear para lá os capitais obtidos com a venda dos lotes e não permanecendo em reinvestimentos na própria região Oeste. Fato que corrobora também com a maior expressividade industrial que as colônias velhas mantêm até hoje, vide o caso de Caxias do Sul.

Desconsi (2008) intervém na discussão da continuidade dessas migrações, afirmando que há uma espécie de experiência notável nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina quanto ao desenvolvimento e ocupação dos “vazios” demográficos. Visto que o processo se deu por meio da “pequena propriedade particular policultora”, com uma seleção dos migrantes, ou seja, com a valorização dos ativos humanos ligados a uma maior vinculação aos ditames de mercado, além da valorização moral com suas – não menos questionáveis – predileções para a ordem, a retidão e o trabalho. Percebe-se ser uma leitura étnica que deprecia as populações nacionais e valoriza os colonos brancos europeus. Como Desconsi destaca, “o agente humano é considerado ponto-chave para desencadear o projeto de desenvolvimento pretendido com base numa policultura que produziria excedentes para a indústria” (2008, p. 87).

Outro fator que explicaria o desinteresse do capital latifundiário são as características das terras da região. De acordo com Prim (1996), aproximadamente 70% das terras do Oeste catarinense são impróprias para agricultura por serem onduladas, montanhosas e pedregosas. Ainda assim, as unidades produtoras constituídas foram, em sua maioria, pequenas propriedades. A autora defende que em torno de 90% delas teriam menos que 50 hectares. Destas, 1/3 seriam minifúndios com menos de 20 hectares. As atividades produtivas desses colonos se dividiam entre um primado agrícola e uma essência pecuária. Tratava-se de uma estratégia valorativa polivalente porque ambas eram muito significativas para a manutenção das famílias, vinculando-se à sobrevivência imediata e às potencialidades comerciais que resguardavam as oportunidades de prosperidade.

No processo de concessão de terras pelo do estado de Santa Catarina, reservava-se um

percentual de 10% para fins industriais, principalmente aqueles ligados à extração. Preponderava a indústria madeireira e ervateira (VICENZI, 2008). Essas atividades não eram exatamente longevas. A extração da erva-mate era sazonal e a indústria madeireira se esgotou rapidamente, dada a ação predatória e a necessidade de desmatamento extensivo para abertura de áreas cultiváveis.

Por outro lado, conforme Prim (1996), a criação de suínos, numa dinâmica de policultura, aos poucos tornou-se atividade comercialmente rentável. Estruturou-se num intercâmbio com a região Sudeste. Inicialmente, os animais eram conduzidos vivos até São Paulo. Posteriormente, eram processados em pequenos abatedouros que deram base, mais tarde, para a organização dos frigoríficos e complexos agroindustriais. A base industrial da região se assentou paulatinamente entre a pecuária (suínos e aves – mais tarde, pecuária leiteira) e a agricultura (milho, feijão, trigo – mais tarde, soja).

O processo de colonização da região foi longo e contínuo, atingindo seu auge entre as décadas de 1950 e 1960. Em 1970, a fronteira agrícola do Oeste catarinense teria se esgotado, contabilizando a entrada de aproximadamente 160.000 colonos (PRIM, 1996), e forçando muitos a migrarem para novas áreas no Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Goiás, entre outros a oeste e a norte. Nesse caso, muitos foram influenciados pelas políticas de colonização desenvolvidas pelos governos militares e que deram margem, mais tarde, ao fortalecimento do agronegócio

O minifúndio que, a priori, foi fator de sucesso da colonização passou a ser motor de novas migrações dada a complexidade de expansão reprodutiva das unidades familiares em espaço já saturado. Desta forma, o sistema colonial em si depõe a perspectiva de novas migrações, seja para outras colônias, seja para o meio urbano. É possível discutir esse contrassenso como um fatalismo ou como um *modus operandi*, isto é, como um caráter identitário do colono que se mostra afeito aos deslocamentos. Todavia, há de se considerar o elemento de precarização e empobrecimento na decisão de saída, além da não existência de perspectivas de reforma agrária. É um paradoxo da necessidade de manter a migração para garantir a condição de agricultor proprietário, o que não é, contudo, oportunidade para todos. A migração não se dá sem um mínimo de capitais disponíveis para uma nova fixação, o que leva a considerar que é, também, um processo seletivo e excludente.

Com o processo de modernização da agricultura as transformações foram inexoráveis. Aplicaram-se na genética animal e vegetal, na mecanização, no uso de fertilizantes e agrotóxicos, na assistência técnica e para subsidiar todo esse pacote de acesso ao crédito rural (que atingiu seu ápice durante o Regime Militar). A modernização empregou a chamada

“seletividade” dos agricultores, que na verdade foi um processo de segregação daqueles incapazes de adequarem-se aos pacotes tecnológicos e ao inerente endividamento. Produziu-se, então, novos marginalizados: trabalhadores temporários no meio rural, trabalhadores precarizados no meio urbano, ou mesmo agricultores migrantes pobres em novas frentes.

Considerações finais

É possível afirmar a relação direta que a política de colonização empreendida no país tem com a atual dinâmica agrária. A colonização foi uma estratégia que permitiu a convivência com o latifúndio e, nesse sentido, o reforçou como entidade também de complementaridade ao primado industrial. Bebem, vigorosamente, nessa fonte os pressupostos do agronegócio.

Diametralmente, a relação da agricultura e a indústria foi resultado direto desse estreitamento fomentado na década de 1930. A formação dos complexos agroindustriais na década de 1960 guarda gênese nesse discurso de complementaridade e formou, a seu modo, um conjunto de ativos produtivos financeiros capazes de misturar capitalismo financeiro, capitalismo industrial e capitalismo agrário.

No Oeste catarinense, local deste ensaio de exemplificação, o processo de colonização promoveu, a priori, a desestabilização e supressão das populações locais - fato correlato a outros incontáveis episódios no Brasil e determinados pela invisibilidade dos “indesejados”. A expensas desse genocídio institucional, a promoção da pequena propriedade tendeu a promover fatores positivos quanto ao uso da terra e à possibilidade de promoção de uma vida digna aos seus atores. Todavia, esse mecanismo permitiu a indução e ajustamento a um modelo produtivo associado aos princípios modernizantes e aos grandes conglomerados mercantis. O resultado direto foi a perda substancial da autonomia entre os agricultores e a sumária supressão de elementos vitais para manutenção de um *modus operandi* e seus valores culturais.

Por fim, a colonização, agora associada a um contexto de modernização, mostra-se ininterrupta e fomentando um curso de novas experiências na fronteira agrícola. Os resultados parecem ser otimistas quanto aos aspectos de crescimento e dinamização econômica. Contudo, são novamente problemáticos e catastróficos quanto aos elementos sociais e ambientais. O embate parece manter-se em forte curso contraditório.

Referências bibliográficas

- CÂMARA, L. (1940). Estrangeiros em Santa Catarina. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, ano I, vol. 4.
- CARNEIRO, J. F. (1950). *Imigração e Colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil.
- CORTÊS, G. M. (1954). *Migração e colonização no Brasil*. Separata da Revista do Serviço Público, Rio de Janeiro.
- COSTA, A. F. (1931). *O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista*. Rio de Janeiro: Villas Boas e Cia.
- DESCONSI, C. (2008). *A marcha dos “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso: um estudo a partir das trajetórias dos migrantes do Sul para a microrregião do Alto Teles Pires*. Dissertação (mestrado). CPDA– UFRRJ.
- ESCOBAR, I. (1941). *A Marcha para Oeste: Couto de Magalhães e Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Editora A Noite.
- FONSECA, P.C.D. (2012). A Revolução de 1930 e a economia brasileira. *Revista Economia*, Brasília, v. 13, n.3b, set.dez. [pp. 843-866].
- FURTADO, C. (1961). *Formação econômica do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- GREGORY, V. (2008). *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: Migrações no Oeste do Paraná (1930-1970)*. 2. ed. Cascavel/PR: EDUNIOESTE.
- MARTINS, J. S. (2009). *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto.
- MELLO, J. M. C. (1982). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense.
- NEIVA, A. H. (1942). *Getúlio Vargas e o problema da Imigração e da Colonização*. Conferência no Instituto Nacional de Ciência Política em 13 de dezembro de 1941. Rio de Janeiro: INPC.
- _____. (1947). Aspectos Geográficos da Imigração e Colonização do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 2, ano IX, abril/junho. [pp. 93-114].
- NODARI, L. (1940). Algumas considerações sobre as colonizações: o caso específico do Brasil. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, julho. [pp. 464-474].
- OLIVEIRA, B. (1943). As populações brasileiras e seus movimentos. *Revista Cultura Política*, ano 3, n. 28, junho. [pp. 68-74].
- PRADO JR., C. (1944). *Problemas de povoamento e a pequena propriedade*. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio/ Boletim Geográfico, n. 12, março.

PRIM, L. F. (1996). *Agricultura de grupo e projeto camponês: avanços e limites na construção da cidadania – o movimento de cooperação agrícola no Oeste catarinense*. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Política). 155 fls., Florianópolis: UFSC/PPGSP.

RADIN, J. C. (1996). *Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense*. Joaçaba: UNOESC.

RICARDO, C. (1941). O Estado Novo e o sentido bandeirante. *Revista Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, mar.

SILVA, M. A. B. (2011). *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Guarapuava: Unicentro/Niterói, UFF.

SODRÉ, N. W. (1942). Fronteira Móvel: à margem do pensamento do Presidente Getúlio Vargas. *Revista Cultura Política*, ano 2, n. 18, agosto. [pp. 93-103].

SILVESTRO, M. L. (1995). *Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Oeste de Santa Catarina*. Dissertação, CPDA/UFRRJ.

VALVERDE, O. (1951). *A colonização do Sul do Brasil e problemas correlatos*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra.

VARGAS, G. (2011). *Getúlio Vargas: organização*, Maria Celina D'Araujo. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.